



PREGÃO ELETRÔNICO 002/2025 - FME
PROCESSO LICITATÓRIO 002/2025 - FME
LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**, Estado de Santa Catarina, por ordem do Prefeito Municipal, o Sr. **LEONEL ARCANGELO PAVAN** através da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** e por intermédio do (a) Pregoeiro (a) **SIMONE SANTOS SOUZA** e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 001/2025, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, às **13 h 00 min** do dia **06 de Fevereiro de 2025**, com julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 4048/2022, Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e nº 147, de 7 de agosto de 2014 e demais alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	- das 12 h 00 min do dia 22/01/2025 até às 12 h 00 min do dia 06/02/2025 .
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	- 13 h 00 min do dia 06/02/2025
TIPO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR LOTE
MODE DE DISPUTA	ABERTO/FECHADO
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília (DF).
SITE DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:	https://bnccompras.com/
REGISTRO DE PREÇOS	SIM
INSTRUMENTO CONTRATUAL	NÃO
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	NÃO
ITENS AMPLA CONCORRÊNCIA	SIM
ITENS EXCLUSIVOS OU COM RESERVA ME/EPP	NÃO
CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS	Por e-mail: comprasdecamboriu@gmail.com

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo II) e Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

1.1 – Das especificações:

LOTE 1 - CAMISETAS					
Item	Descrição	Unid	Quant	Unit	Total
1	CAMISETA INFANTIL E JUVENIL DE MANGA CURTA, NA COR AZUL CLARO E AZUL ESCURO EM MEIA MALHA COMPOSTA NO MÍNIMO, DE 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, GRAMATURA 154,0G/M2 (TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS OU PARA MENOS), FIO 30/1, COM RIBANAS NA COR AZUL ESCURO (GOLA), SERIGRAFADAS FRENTE E COSTAS CORPO - NA COR AZUL CLARO. GOLA - REDONDA COM APLICAÇÃO DE RIBANA NA MÁQUINA GALONEIRA 2 AGULHAS MEDINDO 1,5 CM PRONTO, (COM TOLERÂNCIA DE 0,2MM) NA COR AZUL ESCURO PANTONE 19-4023 TPX. MANGAS - CURTAS NA COR AZUL CLARO COM APLICAÇÃO DE RIBANA NA MÁQUINA GALONEIRA 2 AGULHAS MEDINDO 1,5 CM PRONTO, (COM TOLERÂNCIA DE 0,2MM) NA COR AZUL CLARO PANTONE 16-4421 TPX. SERIGRAFIA FRENTE - BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM NOVE CORES, NO LADO ESQUERDO SUPERIOR, LOGO A BAIXO DO BRASÃO CENTRALIZADO DEVERÁ SER ESCRITO (EDUCAÇÃO CAMBORIÚ - SC) NA COR AZUL ESCURO. SERIGRAFIA COSTAS - ESCRITA NA COR AZUL (EDUCAÇÃO CAMBORIÚ - SC), AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER	UN	30.000	22,55	676.500,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2

	PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA CAMISETA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE DESTE TERMO. ACABAMENTOS - MANUFATURADA COM FECHAMENTO DO CORPO COM MANGAS E OMBROS EM OVERLOQUE, GOLA REDONDA, APLICADA EM GALONEIRA DE DUAS AGULHAS, BARRA DO CORPO E MANGAS APLICADAS COM COBERTURA DE DUAS AGULHAS COM COSTURA ESTREITA NO MÍNIMO DE 3MM UMA DA OUTRA. TODAS AS COSTURAS DEVERÃO SER PES-PONTADAS COM NO MÍNIMO DE 6 PONTOS POR CM. TAMANHOS - INFANTIL, JUVENIL 01, 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14 E 16 CONFORME TABELA DE MEDIDAS EM CENTÍMETROS. (COM TOLERÂNCIA DE 1 CM PARA MAIS OU MENOS) INTEGRANTE DESTE TERMO.				
2	CAMISETA ADULTO DE MANGA CURTA, NA COR AZUL CLARO EM MEIA MALHA COMPOSTA NO MÍNIMO, DE 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, GRAMATURA 154,0G/M2 (TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS OU PARA MENOS), FIO 30/1, COM RIBANAS NA COR AZUL CLARO (MANGA) E AZUL ESCURO (GOLA), SERIGRAFADAS FRENTE E COSTAS CORPO - NA COR AZUL CLARO. GOLA - REDONDA COM APLICAÇÃO DE RIBANA NA MÁQUINA GALONEIRA 2 AGULHAS MEDINDO 1,5 CM PRONTO, (COM TOLERÂNCIA DE 0,2MM) NA COR AZUL ESCURO PANTONE 19-4023 TPX. MANGAS - CURTAS NA COR AZUL CLARO COM APLICAÇÃO DE RIBANA NA MÁQUINA GALONEIRA 2 AGULHAS MEDINDO 1,5 CM PRONTO, (COM TOLERÂNCIA DE 0,2MM) NA COR AZUL CLARO PANTONE 16-4421 TPX. SERIGRAFIA FRENTE - BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM NOVE CORES, NO LADO ESQUERDO SUPERIOR, LOGO A BAIXO DO BRASÃO CENTRALIZADO DEVERA SER ESCRITO (EDUCAÇÃO CAMBORIÚ-SC) NA COR AZUL ESCURO. SERIGRAFIA COSTAS - ESCRITA NA COR AZUL ESCURO (EDUCAÇÃO DE CAMBORIÚ - SC), AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA CAMISETA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE DESTE TERMO. ACABAMENTOS - MANUFATURADA COM FECHAMENTO DO CORPO COM MANGAS E OMBROS EM OVERLOQUE, GOLA REDONDA, APLICADA EM GALONEIRA DE DUAS AGULHAS, BARRA DO CORPO E MANGAS APLICADAS COM COBERTURA DE DUAS AGULHAS COM COSTURA ESTREITA NO MÍNIMO DE 3MM UMA DA OUTRA. TODAS AS COSTURAS DEVERÃO SER PES-PONTADAS COM NO MÍNIMO DE 6 PONTOS POR CM. TAMANHOS - ADULTO - P, M, G, GG E XXG CONFORME TABELA DE MEDIDAS EM CENTÍMETROS. (COM TOLERÂNCIA DE 1 CM PARA MAIS OU MENOS) INTEGRANTE DESTE TERMO.	UN	12.000	26,29	315.480,00

TOTAL LOTE R\$991.980,00

LOTE 2 - SHORT SAIA

Item	Descrição	Unid	Quant	Unit	Total
3	SHORT SAIA - TAMANHOS 1 AO 16 CONFECCIONADO EM MICROFIBRA COMPOSTA POR 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 100 G/M2 (TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS OU PARA MENOS) NA COR AZUL ESCURO PANTONE 19-4023 TPX. A CINTURA DEVE POSSUIR ELÁSTICO COM LARGURA DE 4,0 CM (COM TOLERÂNCIA DE 0,2CM PARA MAIS OU MENOS) EMBUTIDO EM MÁQUINA OVERLOQUE E REBATIDO COM MÁQUINA PONTO CORRENTE DE QUATRO AGULHAS COM NO MÍNIMO 5 PONTOS POR CM. A LATERAL DIREITA DEVE SER COSTURADA NA OVERLOCK E A PARTE ESQUERDA DEVE TER ACABAMENTO EM BAINHA NA COBERTURA COM DUAS AGULHAS. NAS COSTURAS LATERAIS DEVEM SER APLICADOS VIÉS EMBUTIDO NA COR AZUL CLARO PANTONE 16-4421 TPX FICANDO COM 0,7 CM APÓS A APLICAÇÃO. (COM TOLERÂNCIA DE 0,05 CM PARA MAIS OU MENOS). O SHORTS SAIA DEVE SER TODO COSTURADO COM MÁQUINA OVERLOCK NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS E SOBRESSAIA DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM, EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. (COM TOLERÂNCIA DE 0,50 CM PARA MAIS OU MENOS) SERIGRAFIA DA SOBRESSAIA - BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM NOVE CORES, NO LADO ESQUERDO, LOGO A BAIXO DO BRASÃO CENTRALIZADO DEVERÁ SER ESCRITO (PREFEITURA DE CAMBORIÚ) NA COR BRANCA, AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DO SHORT SAIA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE NESTE TERMO. TAMANHOS 1 - 2 - 4 - 6 - 8 - 10 - 12 - 14 - 16.	UN	8.000	32,33	258.640,00
4	SHORT SAIA - TAMANHOS P AO GG CONFECCIONADO EM MICROFIBRA COMPOSTA POR 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 100 G/M2 NA COR AZUL ESCURO PANTONE 19-4023 TPX. A CINTURA DEVE POSSUIR ELÁSTICO COM LARGURA DE 4,0 CM (COM TOLERÂNCIA DE 0,2CM PARA MAIS OU MENOS) EMBUTIDO EM MÁQUINA OVERLOQUE E REBATIDO COM MÁQUINA PONTO CORRENTE DE QUATRO AGULHAS COM NO MÍNIMO 5 PONTOS	UN	2.000	35,64	71.280,00



POR CM. A LATERAL DIREITA DEVE SER COSTURADA NA OVERLOCK E A PARTE ESQUERDA DEVE TER ACABAMENTO EM BAINHA NA COBERTURA COM DUAS AGULHAS. NAS COSTURAS LATERAIS DEVEM SER APLICADOS VIÉS EMBUTIDO NA COR AZUL CLARO PANTONE 16-4421 TPX FICANDO COM 0,7 CM APÓS A APLICAÇÃO. (COM TOLERÂNCIA DE 0,05 CM PARA MAIS OU MENOS). O SHORT SAIA DEVE SER TODO COSTURADO COM MÁQUINA OVERLOCK NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS E SOBRESSAIA DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM, EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. (COM TOLERÂNCIA DE 0,50 CM PARA MAIS OU MENOS) SERIGRAFIA DA SOBRESSAIA - BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM NOVE CORES, NO LADO ESQUERDO, LOGO A BAIXO DO BRASÃO CENTRALIZADO DEVERÁ SER ESCRITO (PREFEITURA DE CAMBORIÚ) NA COR BRANCA, AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DO SHORT SAIA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE NESTE TERMO. TAMANHOS: P, M, G E GG.				
--	--	--	--	--

TOTAL LOTE R\$329.920,00

LOTE 3 - BERMUDA

Item	Descrição	Unid	Quant	Unit	Total
5	BERMUDA MASCULINA - TAMANHOS 01 AO 16 BERMUDA CONFECCIONADA EM MICROFIBRA COMPOSTA POR 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 100 G/M2 (TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS OU PARA MENOS) NA COR AZUL ESCURO PANTONE 19-4023 TPX. A CINTURA DEVE POSSUIR ELÁSTICO COM LARGURA DE 4,0 CM (COM TOLERÂNCIA DE 0,2CM PARA MAIS OU MENOS) EMBUTIDO EM MÁQUINA OVERLOQUE E REBATIDO COM MÁQUINA PONTO CORRENTE DE QUATRO AGULHAS COM NO MÍNIMO 5 PONTOS POR CM. BOLSOS EMBUTIDOS NAS LATERAIS FRENTE E REBATIDOS EM MÁQUINA RETA DE 1 (UMA) AGULHA, COM FORRO DO MESMO TECIDO E BOLSO SOBREPOSTO, ATRÁS, DO LADO DIREITO, SEM LAPELA. NAS COSTURAS LATERAIS DEVEM SER APLICADOS VIÉS EMBUTIDO NA COR PANTONE 16-4421 TPX FICANDO COM 0,7 CM APÓS A APLICAÇÃO. (COM TOLERÂNCIA DE 0,05 CM PARA MAIS OU MENOS) A BERMUDA DEVE SER TODA COSTURADA COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM, EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. (COM TOLERÂNCIA DE 0,50 CM PARA MAIS OU MENOS) SERIGRAFIA PERNA - BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM NOVE CORES, NO LADO ESQUERDO, LOGO A BAIXO DO BRASÃO CENTRALIZADO DEVERÁ SER ESCRITO (PREFEITURA DE CAMBORIÚ) NA COR BRANCA, AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA BERMUDA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE NESTE TERMO.	UN	8.000	34,08	272.640,00
6	BERMUDA MASCULINA - TAMANHOS P AO GG BERMUDA CONFECCIONADA EM MICROFIBRA COMPOSTA POR 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 100 G/M2 (TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS OU PARA MENOS) NA COR AZUL ESCURA PANTONE 19-4023 TPX. A CINTURA DEVE POSSUIR ELÁSTICO COM LARGURA DE 4,0 CM (COM TOLERÂNCIA DE 0,2CM PARA MAIS OU MENOS) EMBUTIDO EM MÁQUINA OVERLOQUE E REBATIDO COM MÁQUINA PONTO CORRENTE DE QUATRO AGULHAS COM NO MÍNIMO 5 PONTOS POR CM. BOLSOS EMBUTIDOS NAS LATERAIS FRENTE E REBATIDOS EM MÁQUINA RETA DE 1 (UMA) AGULHA, COM FORRO DO MESMO TECIDO E BOLSO SOBREPOSTO, ATRÁS, DO LADO DIREITO, SEM LAPELA. NAS COSTURAS LATERAIS DEVEM SER APLICADOS VIÉS EMBUTIDO NA COR AZUL CLARO PANTONE 16-4421 TPX FICANDO COM 0,7 CM APÓS A APLICAÇÃO. (COM TOLERÂNCIA DE 0,05 CM PARA MAIS OU MENOS) A BERMUDA DEVE SER TODA COSTURADA COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM, EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. (COM TOLERÂNCIA DE 0,50 CM PARA MAIS OU MENOS) SERIGRAFIA PERNA - BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM NOVE CORES, NO LADO ESQUERDO, LOGO A BAIXO DO BRASÃO CENTRALIZADO DEVERÁ SER ESCRITO (PREFEITURA DE CAMBORIÚ) NA COR BRANCA, AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA BERMUDA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE NESTE TERMO.	UN	2.000	35,70	71.400,00

TOTAL LOTE R\$344.040,00

LOTE 4 - AGASALHOS

Item	Descrição	Unid	Quant	Unit	Total
7	CONJUNTO (JAQUETA E CALÇA) JAQUETA: CONFECCIONADA EM	UN	18.000	138,58	2.494.440,00



	MICROFIBRA COMPOSTA POR 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 100 G/M2 (TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS OU PARA MENOS) NA COR AZUL ESCURO PANTONE 19-4023 TPX. NAS CAVAS DA MANGA, DEVEM SER APLICADO VIÉS EMBUTIBO NA COR AZUL CLARO PANTONE 16-4421 TPX FICANDO COM 0,7 APÓS A APLICAÇÃO (COM TOLERÂNCIA DE 0,05 CM PARA MAIS OU MENOS), FRENTE COM ZIPER EM NYLON DESTACÁVEL, NA COR DO TECIDO PRINCIPAL, GOLA EM ELANCA, NA COR DO TECIDO PRINCIPAL, REBATIDA EM MÁQUINA RETA, COSTURAS LATERAIS, MANGA E GOLA DEVE SER COSTURADA NA OVERLOCK E A BARRA DO CORPO E DAS MANGAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0CM EM MÁQUINA GALONEIRA DE 2 AGULHAS. SERIGRAFIA DA FRENTE BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM NOVE CORES, NO LADO ESQUERDO, LOGO A BAIXO DO BRASÃO CENTRALIZADO DEVERÁ SER ESCRITO (PREFEITURA DE CAMBORIÚ) NA COR BRANCA, AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA JAQUETA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE NESTE TERMO. SERIGRAFIA COSTAS - ESCRITA NA COR AZUL CLARO(EDUCAÇÃO CAMBORIÚ -SC), AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA JAQUETA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE DESTE TERMO. A JAQUETA DEVE ESTAR LIMPA E ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO. CALÇA: CONFECCIONADO EM MICROFIBRA 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 100 G/M2 (TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS OU PARA MENOS) NA COR AZUL ESCURO PANTONE 19-4023 TPX. A CINTURA DEVE POSSUIR ELÁSTICO COM LARGURA DE 4,0 CM (COM TOLERÂNCIA DE 0,2CM PARA MAIS OU MENOS) EMBUTIDO EM MÁQUINA OVERLOQUE E REBATIDO COM MÁQUINA PONTO CORRENTE DE QUATRO AGULHAS COM NO MÍNIMO 5 PONTOS POR CM. A LATERAL DIREITA DEVE SER COSTURADA NA OVERLOCK E A PARTE ESQUERDA DEVE TER ACABAMENTO EM BAINHA NA COBERTURA COM DUAS AGULHAS. NAS COSTURAS LATERAIS DEVEM SER APLICADOS VIÉS EMBUTIDO NA COR AZUL CLARO PANTONE 16-4421 TPX FICANDO COM 0,7 CM APÓS A APLICAÇÃO. (COM TOLERÂNCIA DE 0,05 CM PARA MAIS OU MENOS) A CALÇA DEVE SER TODO COSTURADO COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM, EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. (COM TOLERÂNCIA DE 0,50 CM PARA MAIS OU MENOS) SERIGRAFIA - BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM NOVE CORES, NO LADO ESQUERDO, LOGO A BAIXO DO BRASÃO CENTRALIZADO DEVERÁ SER ESCRITO (PREFEITURA DE CAMBORIÚ) NA COR BRANCA, AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA CALÇA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE NESTE TERMO. TAMANHOS: 2- 4 - 6 - 8 - 10 -12 - 14 - 16 - P - M - G - GG				
8	JAQUETA: CONFECCIONADA EM MICROFIBRA COMPOSTA POR 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 100 G/M2 (TOLERÂNCIA DE 5% PARA MAIS OU PARA MENOS) NA COR AZUL ESCURO PANTONE 19-4023 TPX. NAS CAVAS DA MANGA, DEVEM SER APLICADO VIÉS EMBUTIBO NA COR AZUL CLARO PANTONE 16-4421 TPX FICANDO COM 0,7 APÓS A APLICAÇÃO (COM TOLERÂNCIA DE 0,05 CM PARA MAIS OU MENOS), FRENTE COM ZIPER EM NYLON DESTACÁVEL, NA COR DO TECIDO PRINCIPAL, GOLA EM ELANCA, NA COR DO TECIDO PRINCIPAL, REBATIDA EM MÁQUINA RETA, COSTURAS LATERAIS, MANGA E GOLA DEVE SER COSTURADA NA OVERLOCK E A BARRA DO CORPO E DAS MANGAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0CM EM MÁQUINA GALONEIRA DE 2 AGULHAS. SERIGRAFIA DA FRENTE BRASÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM NOVE CORES, NO LADO ESQUERDO, LOGO A BAIXO DO BRASÃO CENTRALIZADO DEVERÁ SER ESCRITO (PREFEITURA DE CAMBORIÚ) NA COR BRANCA, AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA JAQUETA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE NESTE TERMO. SERIGRAFIA COSTAS - ESCRITA NA COR AZUL CLARO(EDUCAÇÃO CAMBORIÚ -SC), AS MEDIDAS DAS LETRAS DEVERÃO SER PROPORCIONAIS AO TAMANHO DA JAQUETA, CONFORME LAYOUT INTEGRANTE DESTE TERMO. A JAQUETA DEVE ESTAR LIMPA E ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO.	UN	8.000	86,84	694.720,00
					TOTAL LOTE R\$3.189.160,0
					TOTAL R\$4.855.100,0



1.2 DAS AMOSTRAS

1.2.1 - A exigência de amostra visa assegurar o interesse administrativo com relação à qualidade mínima pretendida quanto à adequação às especificações exauridas no objeto deste edital, resguardando efetivamente a qualidade necessária para aferição do menor preço efetivo.

1.2.2 - A licitante que for declarada vencedora deverá entregar no prazo de até 10 (dez) dias corridos, duas amostras de cada item licitado, de pelo menos 2 (dois) tamanhos, conforme descritivo do item III no Termo de Referência, e que detenham todas as especificidades técnicas passíveis de mensuração.

1.2.3 - A licitante deverá entregar as amostras na Secretaria Municipal da Educação, situada na Rua José Francisco Bernardes, nº429, Centro, Camboriú/SC.

1.2.4 - As amostras deverão ser embaladas individualmente e identificadas com etiqueta contendo: razão social da licitante, número do item e do Pregão.

1.2.5 - As amostras deverão ser das mesmas marcas apresentadas na Proposta Comercial;

1.2.6 - As amostras serão avaliadas pela Comissão Interna de Verificação de Conformidade Visual dos itens que compõe o Uniforme da Rede Municipal de Ensino de Camboriú.

Composta por Servidores Lotados na Secretaria de Educação sendo:

01 Gestora do Fundo Municipal de Educação - Joseane Coelho Hoffmann.

02 Servidores da Secretaria de Educação (Natalia Maria da Silva Lima Mat: 27205-01) e (Fabiana Venâncio Lembeck – Mat. 27169).

1.2.7 - A Comissão Interna de Verificação de Conformidade Visual dos itens que compõe o Uniforme da Rede Municipal de Ensino de Camboriú, será responsável pela avaliação e conferência das amostras, bem como dos laudos, emitindo parecer final de cada item.

1.2.8 - Só será analisada a amostra da empresa vencedora.

1.2.9 - A empresa que obtiver resultado insatisfatório estará inabilitada/desclassificada para participar do processo.

1.3 REGISTRO DE PREÇOS

1.3.1 As quantidades constantes no Termo de Referência são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.

1.3.2 - O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga a Prefeitura de Camboriú– SC a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.3.3. Ao licitante vencedor fica assegurada a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes acorrentes em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios respeitados a legislação relativa às licitações.

1.3.4 A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo à Secretaria requisitante.

1.3.5 As Unidades da Administração subordinados à Prefeitura de Camboriú deverão utilizar-se, obrigatoriamente, do presente registro de preços, vedada a aquisição de itens a preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, em relação à oferta de mercado do momento.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do sistema da BNC.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura de Camboriú– SC, denominado Pregoeiro.

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

3.1. O fornecedor deverá observar no site da BNC as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando-se também para a data e horário para início da disputa.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO



4.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao BNC.

4.3. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, advertida, suspensão ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

4.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate (Art. 44 e 45 da LC 123/2006).

4.5. É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica da qual seja sócio cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo comissionado, em exercício no âmbito do Município de Camboriú.

4.6. O licitante vencedor deve obrigatoriamente anexar a documentação de habilitação no sistema, sob pena de ter sua proposta desclassificada caso deixe de anexar.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá as seguintes atribuições:

- a) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- b) abrir as propostas de preços;
- c) analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) desclassificar propostas indicando os motivos;
- e) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- f) verificar a habilitação do proponente melhor classificado após a fase de lances;
- g) declarar o vencedor;
- h) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão;
- j) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

O cadastro das empresas no BNC deve ser feito no site <https://bnccompras.com/>. Em caso de dúvidas as empresas podem entrar em contato com a BNC: Telefone e Whatsapp – (42) 3026-4550; e-mail – contato@bnc.org.br

5.1.2 A comunicação entre Pregoeiro e Licitante no decorrer do certame, se dará somente pelo chat na Plataforma BNC. Não será atendida ligação telefônica ou respondido e-mail.

6. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC)

6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras.

6.2. A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

7.1 A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO VI, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE



PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, **VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.**

7.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

7.3 O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, será suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal, social e trabalhista em relação àquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. **Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

7.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5 Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aplicar-se-á o art. 42 e 43 da LC nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, desde que esta esteja devidamente identificada.

8. DA PROPOSTA

8.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

8.2 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as especificações e/ou marcas dos serviços e/ou produtos ofertados. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no Termo de Referência (Anexo II).

8.3.1 No campo “MARCA” da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca para cada item ofertado.

8.3.2 Somente serão aceitas expressões do tipo: “diversas” ou “marcas diversas”, em casos específicos, devendo a empresa, se for vencedora, identificar todas as marcas em sua proposta atualizada.

8.3.3 Caso seja marca própria, o campo “marca” deverá ser preenchido, preferencialmente, como “marca própria”.

8.3.4 Caso seja um serviço, o campo “marca” deverá ser preenchido, preferencialmente, como “serviço próprio”.

8.4 É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema nas fichas técnicas em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

8.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.6 Nos valores propostos estarão inclusos **todos os custos operacionais**, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.7 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.8 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.

8.9 Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

9 DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1 Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação juntamente com a proposta, conforme o subitem 9.1, deverá o vencedor apresentar no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro via sistema



eletrônico, que poderá ser prorrogado por igual período, desde que justificado.

9.1.2 Caso ocorra na aba de “documentos” a falta de alguma “flag” é responsabilidade da empresa inserir juntamente em outro campo disponível.

9.2 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público **após o encerramento do envio de lances.**

9.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do (a) Pregoeiro (a), os documentos **deverão ser apresentados em formato digital**, via sistema BNC, no prazo definido pelo (a) Pregoeiro (a), seja este estipulado em lei ou à critério da Administração.

9.3.1 A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerido dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência.

9.4 O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails serão **desconsiderados**, exceto se informado pelo (a) Pregoeiro (a), via *chat*, **no sistema BNC**, algum e-mail diverso destes informado pelo Pregoeiro.

10 LANCES E NEGOCIAÇÃO

10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, **desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital**, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (Anexo II).

10.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

10.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

10.8.1 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

10.09 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante.**

10.11 No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.11.1 Se a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa.**

10.11.2 Decorridas **24h (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Camboriú disponível no endereço eletrônico: <https://camboriu.atende.net/>, a sessão pública **será reiniciada.**

10.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentação de novos valores, valerá o último lance por ele ofertado para efeito de ordenação das propostas.



10.13 Verificada a desídia do licitante por ausência de resposta via *chat*, durante o período do certame ou de qualquer outro que o (a) Pregoeiro (a) estabelecer, poderá acarretar a desclassificação ou a inabilitação do mesmo, reservado o direito à manifestação de recurso em fase apropriada.

10.14 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor valor não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) a plataforma informará sobre a possibilidade lance ao fornecedor, não cabendo ao Pregoeiro informar *via chat*.

10.15 O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitabilidade do lance.

10.16 O Pregoeiro poderá negociar os valores exclusivamente por meio do sistema, podendo ser acompanhado pelos demais licitantes.

10.17 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.18 O objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

11. LICITANTE VENCEDOR: ENVIO DA PROPOSTA FINAL

11.1 A empresa vencedora deverá anexar na plataforma BNC, **no prazo máximo de 02 (duas) horas** contado da solicitação do (a) Pregoeiro (a), **a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação, e os documentos de habilitação**, se caso não tenha apresentado conforme subitem 9.1, na aba documentos complementares

11.1.1 A licitante deverá anexar na plataforma a proposta readequada referente aos itens aos quais restou vencedora (na aba documentos complementares).

11.1.2 Caso haja descumprimento do prazo ou a não inserção da proposta na plataforma por parte da empresa vencedora, a mesma será declarada **DESCCLASSIFICADA**.

11.1.2.1 **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- I. Contiver vícios insanáveis;
- II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. Apresentar preços inexequíveis ou quando exigido pela Administração, não tiverem sua exequibilidade demonstrada; ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.1.2.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN SEGES/ME 73/2022.

11.1.2.3. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- I. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.1.2.4 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo ser: - apresentação de planilha de custos e comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

11.1.2.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto .

11.1.2.6 A diligência servirá como subsídio para decisão do Pregoeiro sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.

11.2 Devendo constar de acordo com o último lance ofertado, contendo Razão Social, CNPJ, endereço completo, número de telefone, e-mail, número de agência de conta bancária, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo IV**.

11.2.1 Na proposta deverá conter:



- a) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias consecutivos, observado que ficarão suspensos deste prazo aquele estipulado legalmente para recurso, contrarrazões, entrega da amostra, análise e parecer técnico;
- b) Especificação completa do serviço e/ou produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;
- c) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

11.3 O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue de acordo com o especificado no Termo de Referência deste edital.

11.4 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até o cumprimento total do contrato.

11.5 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6 Ressalta-se que no julgamento por lote ou preço global a readequação do valor inicial em relação ao valor final deverá ocorrer sendo utilizado um desconto proporcional ponderado a cada item, a fim de que este tenha em seu valor unitário o desconto compatível com a oferta global final, sendo vedado valor superior ao orçado pela Administração.

11.6.1 É de responsabilidade da empresa reajustar a proposta na plataforma.

11.7 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.7.1 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

11.7.2 A planilha poder ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

11.7.3 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.7.4 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.7.5 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.8 DAS DILIGÊNCIAS:

11.8.1 É facultada ao pregoeiro, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme disposto no Art. 64, da Lei nº 14.133/2021.

11.8.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, Art. 64, e IN 73/2022, Art. 39, §4º).

11.8.3 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas alínea b, o pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio de campo indicado no sistema:

11.8.3.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.8.3.2 Apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.8.3.4 Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, notas fiscais relativas ao (s) atestado(s) técnico(s) emitido(s).

11.8.3.5 O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto neste edital.

11.8.3.6 Havendo falhas na proposta, o pregoeiro poderá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do Art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

11.8.3.7 Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicandose, no que couber, o art. 34 da Instrução



Normativa 73/22 da SEGES/ME.

11.8.3.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 **Até 03 (três) dias úteis antes** da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, incluída data e horário pré-estabelecidos, no sistema da Bolsa Nacional de Compras – BNC.

12.2 A impugnação e pedido de esclarecimentos deverão ser anexados na Plataforma BNC no campo próprio. Serão desconsiderados documentos encaminhado por e-mail, correio ou entrega in loco..

12.3 Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, inclusive com amparo técnico, se for o caso, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data e horário de recebimento da impugnação, respondendo, exclusivamente, através de campo próprio do sistema da Bolsa Nacional de Compras – BNC.

12.4 Questionamentos, dúvidas e/ou esclarecimentos deverão seguir o rito do subitem 12.2 sem quaisquer exceções, vinculando os participantes, interessados e a própria Administração.

12.5 A (s) referida (s) resposta (s) à impugnação, questionamentos, dúvidas e/ou esclarecimentos poderão ser anexados, concomitantemente, ao sistema BNC e IPM, e ficarão acessíveis a todos os interessados.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso, de acordo com a Lei nº 14.133/21.

12.7 As impugnações, questionamentos, dúvidas e/ou esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13. RECURSOS

13.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, **em até 15 (quinze) minutos do final da sessão pública**, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o (a) Pregoeiro (a) estará autorizado (a) a encerrar a fase de habilitação, declarando o licitante vencedor do referido item, e encaminhando o processo à adjudicação e homologação da autoridade superior.

13.3 As razões do recurso de que trata o *caput* deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.

13.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5 Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões deverão ser anexados na Plataforma BNC no campo próprio. Serão desconsiderados documentos encaminhado por e-mail, correio ou entrega in loco.

13.6 O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros meios serão desconsiderados, exceto em casos excepcionais, onde serão justificados e manifestados em ata pelo (a) Pregoeiro (a).

13.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

14 DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

14.1 Após a manifestação dos interessados, a Autoridade Competente fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

- a) **manter** as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) **rever** as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

14.2 Após análise e manifestação da Autoridade Competente sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

14.3 A Autoridade competente emitirá a decisão final.



14.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

14.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6 Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Competente.

15 PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATOS

15.1 Após a homologação a contratante tem o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para encaminhar o Contrato e/ou a Ata de Registro de Preços através do e-mail informado no cadastro da plataforma BNC, devendo ser devolvido assinado por igual período.

15.2 Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após a publicação do contrato no PNCP, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

16 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PAGAMENTO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (Anexo II) e documentos complementares, elaborados exclusivamente pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

17 SANÇÕES

17.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal De Camboriú, resguardado os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência de execução, até o limite de 10 (dez) dias úteis, caracterizando inexecução parcial;

b) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;

c) Advertência;

d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ pelo prazo de até 03 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei 14.133/2021;

17.1.2 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros;

17.1.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ;

17.1.3.1 O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

17.2 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18 PAGAMENTO E DA GARANTIA

18.1. Os critérios de forma de pagamento estão previstos no Termo de Referência (ANEXO II) e documentos complementares, elaborados exclusivamente pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

18.2 A garantia deverá ser da seguinte forma: conforme edital, anexos e termo de referência.

19 DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação contrária, pelo (a) Pregoeiro (a).

19.3 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, de segunda-feira à sexta- feira, e em horário estabelecido das **12h 00min às 18h 00min**.

19.4 Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, **prevalecerá as deste Edital**.

19.5 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.6 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.7 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.9 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.10 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por email

19.11 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

19.12 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

19.13 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Camboriú, Estado de Santa Catarina, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

19.14 Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar (ETP);
ANEXO II– Termo de Referência (TR);
ANEXO III – Documentação para habilitação;
ANEXO IV – Modelo de Proposta;
ANEXO V – Declaração Unificada
ANEXO VI – Declaração ME/EPP;
ANEXO VII – Minuta Ata de Registro de Preços.

Camboriú, 21 de janeiro de 2025.

LEONEL ARCANGELO PAVAN
Prefeito Municipal

JOSEANE COELHO HOFFMANN
Gestora do Fundo de Educação

CARIN BERNADETE KRUG
Secretária de Educação



ANEXO I

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 - FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 - FME**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 001/2025 – FME

Conforme previsto no inciso XX, do artigo 6º, e § 1º inciso XI do artigo 18, da Lei Federal n.º 14.133/2021, Estudo Técnico Preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação. O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

OBJETO: *Contratação de empresa especializada no fornecimento de UNIFORMES ESCOLARES para os alunos matriculados na rede municipal de ensino de Camboriú.*

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A Aquisição dos uniformes escolares serão distribuídos aos alunos da Rede Municipal de Ensino durante ano Letivo de 2025. O uso do uniforme escolar colabora para a segurança dos alunos. Além de ser importante para identificá-los dentro das unidades escolares, possibilitando o reconhecimento dos estudantes em possíveis situações de perigo fora delas. Usar o uniforme escolar, além de economizar a utilização de outras vestimentas, evita o consumismo e situações discriminatórias, que levam a prática do bullying. Alunos uniformizados pertencem ao mesmo grupo, possuem os mesmos interesses, e focam na aprendizagem.

1. Considerando que educação é direito social, com apoio nos termos do caput do art. 6º da Constituição Federal de 1988, sendo direito de todos e dever do Estado, conforme Inciso III, do art. 1º, da Constituição Federal que se refere ao princípio da dignidade da pessoa humana, preceito constitucional repetido no art. 18 do Estatuto da Criança e Adolescente, que diz que é dever de todos, velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

2. Considerando o disposto no art. 205 e no inciso I do art 53, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para trabalho, assegurando-lhe igualdade nas condições na escola.

3. E o inciso VII, do art. 208, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que é dever do Estado, a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

4. Desse modo, o Art 2º da Lei Nº 8.907, de 06 de Julho de 1994 designa que os critérios para a escolha do uniforme escolar levarão em conta as condições econômicas do estudante e de sua família, bem como as condições de clima da localidade em que a escola funciona.

A distribuição visa promover a igualdade entre os assistidos das instituições de ensino municipal com vestimentas adequadas, garantindo a promoção da cidadania, visto que, a aquisição visa beneficiar a todos sem distinção. Toda criança e adolescente têm direito a momentos de aprendizagem e descontração de forma igualitária diante das diferentes vulnerabilidades.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:



Por se tratar de registro de preços, não há necessidade de reserva de dotação.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os bens têm como elemento de despesa 3.33.90.30.23 - uniformes tecidos e aviamentos, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º inciso XII, da Lei Federal 14.133/2021.

- A presente contratação tem por objeto o fornecimento de uniformes escolares para os estudantes matriculados nas 38 (trinta e oito) escolas municipais de Camboriú.
- Os licitantes ganhadores deverão entregar duas amostras de, pelo menos, dois tamanhos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, não prorrogáveis.
- Deverão estas conter: razão social do licitante, número do processo administrativo e do pregão.
- A CONTRATADA deverá entregar o material, após confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento e grade de tamanhos expedidos pela Secretaria de Educação, em até 30 (trinta) dias corridos, contar da data de envio da Nota de Empenho. Separados e embalados individualmente conforme quantitativo estipulado por Unidade de Ensino, e entregues nas unidades listadas no anexo 01.
- “De acordo com a Lei Municipal (Nº3.593/2024) dispõe sobre a inclusão do Símbolo que caracteriza o transtorno do espectro autista (TEA) no uniforme escolar dos alunos matriculados em escolas municipais, dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/camboriu/lei-ordinaria/2024/360/3593/lei-ordinaria-n-3593-2024>
- Desse modo fica indispensável a adequação do símbolo do autismo nos uniformes escolares, no quantitativo solicitado por esta secretaria.
- O local para a inserção do Símbolo nas peças será definido em parceria com a CONTRATADA.
- O Símbolo do Altismo (TEA), encontra-se no Item IV desse estudo técnico preliminar.
- Os Uniformes deverão ser entregues conforme as necessidades da Secretaria Municipal da Educação, sito a Rua José Francisco Bernardes, nº429 – Centro – Camboriú/SC. Nas unidades de ensino referido neste processo conforme Anexo 1.
- As amostras deverão ser das mesmas marcas apresentadas na Proposta Comercial;
- As amostras serão avaliadas pela Comissão Interna de Verificação de Conformidade Visual dos itens que compõe o Uniforme da Rede Municipal de Ensino de Camboriú.
- A Comissão Interna de Verificação de Conformidade Visual dos itens que compõe o Uniforme da Rede Municipal de Ensino de Camboriú, será responsável pela avaliação e conferência das amostras, bem como dos laudos, emitindo parecer final de cada item.
- Serão analisadas as amostras, através de conformidade visual, com as especificações mínimas exigidas neste edital, ocasião em que será emitido o parecer de aprovação ou reprovação das amostras, para cada item ofertado.
- Em relação às amostras serão avaliados:
 - a) Quanto à durabilidade;
 - b) Quanto ao manuseio;
 - c) Quanto ao acabamento;
 - d) Quanto à resistência;
 - e) Quanto à segurança e;
 - f) Quanto ao acabamento da costura.
- As amostras visam verificar a conformidade das propostas com os requisitos do ato convocatório e do critério de julgamento adotado, observados as especificações técnicas e os parâmetros mínimos definidos neste edital, necessária ao atendimento do objeto e homologação, sendo desclassificada a licitante que não apresentar as amostras no prazo estipulado



atendendo as exigências acima, especificações técnicas exigidas e em consequência sendo chamada a próxima classificada para o mesmo procedimento, e assim sucessivamente até o êxito da adjudicação. Obs: Caso a licitante não apresente as amostras ou em total desconforme, poderá ser penalizada conforme o Art. 7º da Lei 10.520/02, por retardar a execução do certame.

- A Comissão Interna de Verificação de Conformidade Visual dos itens que compõe o Uniforme da Rede Municipal de Ensino de Camboriú realizará a análise das amostras apresentadas pelo Licitante Vencedor de acordo com os critérios abaixo estabelecidos.
- Todos os itens deverão proporcionar condições de qualidade, segurança e conforto de forma a garantir a qualidade.
- As falhas julgadas sanáveis serão comunicadas à empresa para que sejam corrigidas, devendo as novas amostras serem entregues em até 05 (cinco) dias úteis e submetidas à nova avaliação da Comissão.
- A licitante vencedora que tiver qualquer item de suas amostras desclassificados pela Comissão Interna de Verificação de Conformidade Visual dos itens que compõe o Uniforme da Rede Municipal de Ensino de Camboriú por estarem em desconformidade com as especificações técnicas do edital em suas avaliações, serão automaticamente desclassificadas.
- As amostras serão avaliadas pela Comissão Interna de Verificação de Conformidade Visual dos itens que compõe o Uniforme da Rede Municipal de Ensino de Camboriú.
- Composta por Servidores da Secretaria de Educação sendo:
 - 01 Gestora do Fundo Municipal de Educação - Joseane Coelho Hoffmann.
 - 02 Servidores da Secretaria de Educação (Natalia Maria da Silva Lima Mat: 27205-01) e (Fabiana Venâncio Lembeck – Mat. 27169).

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

- A CONTRATADA deverá garantir a entrega do produto, conforme especificações deste termo de referência, no endereço indicado;
- Em caso de necessidade de substituição de peça com defeito, a empresa deverá providenciar a troca no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da notificação. A execução dos serviços de retirada e reposição ficará totalmente a encargo da empresa contratada, isentando a Prefeitura Municipal de Camboriú de quaisquer ônus ou obrigações necessárias à garantia desses produtos;
- No caso de problemas com a entrega, A CONTRATANTE entrará em contato com o fornecedor que averiguará imediatamente a divergência indicada e solucionará o chamado, sem nenhum custo para a contratante;
- As peças deverão vir embaladas individualmente em saco plástico transparente contendo etiqueta de tamanho e posteriormente encaixotadas em caixas de papelão indicando no seu externo o quantitativo referente a cada tamanho e ainda serem resistentes ao transporte e armazenamento;
- A peça confeccionada deve estar isenta de qualquer defeito que comprometa a sua apresentação.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Responsabilizar-se pelo pagamento em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega dos produtos;
- Encaminhar grade dos tamanhos dos uniformes e endereços das unidades escolares que serão entregues os uniformes com a Autorização de Fornecimento;
- Comunicar formalmente qualquer anormalidade na entrega do produto adquirido;
- Disponibilizar servidor para que no momento do recebimento, acompanhe a entrega e faça a conferência do produto adquirido.

DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:



A fiscalização no cumprimento do contrato é de responsabilidade do Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Educação, e a fiscalização no recebimento dos produtos é de responsabilidade da servidora Natália Maria da Silva Lima/Mat: 27205-01.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

- Destaca-se, que os quantitativos foram estimados considerando os alunos matriculados na rede de ensino da Rede Municipal de Ensino de Camboriú.
- O não atendimento desta aquisição inviabilizará o cumprimento do supracitado Plano e impossibilitará o atendimento adequado das demandas deste órgão municipal no que se refere aos itens em questão.
- Ressalta-se que esse levantamento levou em consideração fatores quanto à quantidade de alunos que usufruirão dos uniformes citados. Assim, tem-se a previsibilidade de aquisição dos uniformes nos seguintes quantitativos:

LOTE 01	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
ITEM 1	CAMISETAS TAMANHOS 1 AO 16	30.000
ITEM 2	CAMISETAS TAMANHOS P AO XXG	12.000
LOTE 02		
ITEM 1	SHORTS SAIA TAMANHOS 1 AO 16	8.000
ITEM 2	SHORTS SAIA TAMANHOS P AO GG	2.000
LOTE 03		
ITEM 1	BERMUDAS TAMANHOS 1 AO 16	8.000
ITEM 2	BERMUDAS TAMANHOS P AO GG	2.000
LOTE 04		
ITEM 1	AGASALHOS TAMANHOS 2 AO GG	18.000
ITEM 2	JAQUETA P AO GG	8.000

LOTE 1 - LAYOUT DOS ITENS 1 e 2

Aplicação de Ribana na máquina galoneira 2 agulhas medindo 1,5 cm pronto com tolerância de 0,2mm para as medidas :
Mangas: Curtas na cor Azul Claro (Pantone conforme as especificações do tecido)
Gola : redonda na cor Azul Escuro (Pantone conforme as especificações do tecido).





LOTE 01 - MEDIDAS DOS ITENS 1 E 2

(camisetas tamanhos 1 ao 16 e camisetas tamanhos P ao XXG)

TAMANHO	INFANTIL				JUVENIL					ADULTO				
	1	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XXG
A - Comprimento	41	44	47	50	53	56	59	62	65	69	71	73	75	78
B - Comprimento manga	13	14	15	16	17	18	19	20	21	21	22	23	24	26
C - Abertura manga	9	10,5	11	11,5	12	13	14	15	16	18	19	20	21	24
D - Tórax	31	33	35	37	39	41	43	45	47	49	52	55	58	60
E - Cava	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	28
F - Altura da Logo a partir do ombro	13,5	13,5	14,5	14,5	15	15	15,5	16,5	16,5	17	17,5	18	18,5	19

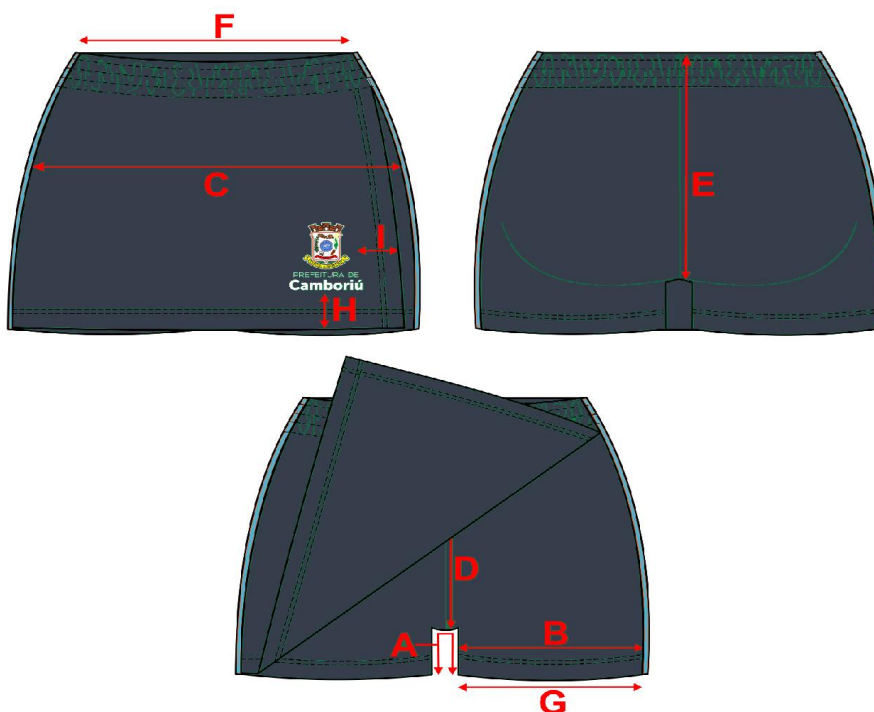


Medidas em centímetros.

Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

LOTE 2 - LAYOUT DOS ITENS 1 E 2

Aplicação de viés embutido nas laterais medindo 0,7 cm na cor Azul Claro (Pantone conforme as especificações do tecido) do mesmo tecido do corpo.



LOTE 2 - MEDIDAS DOS ITENS 1 E 2

(shorts saia tamanhos 1 ao 16 e shorts saia tamanhos P ao GG)

TAMANHO	1	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A - Entre Pernas	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19



B- Coxa	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
C- Quadril	32	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56
D- Gancho Dianteiro	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
E- Gancho Traseiro	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
F- Cintura	20	21	22	24	26	27	28	29	30	31	32	33	34
G- Abertura Perna	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
H- Distância da serigrafia da Barra	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
I- Distância da serigrafia da Lateral	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4

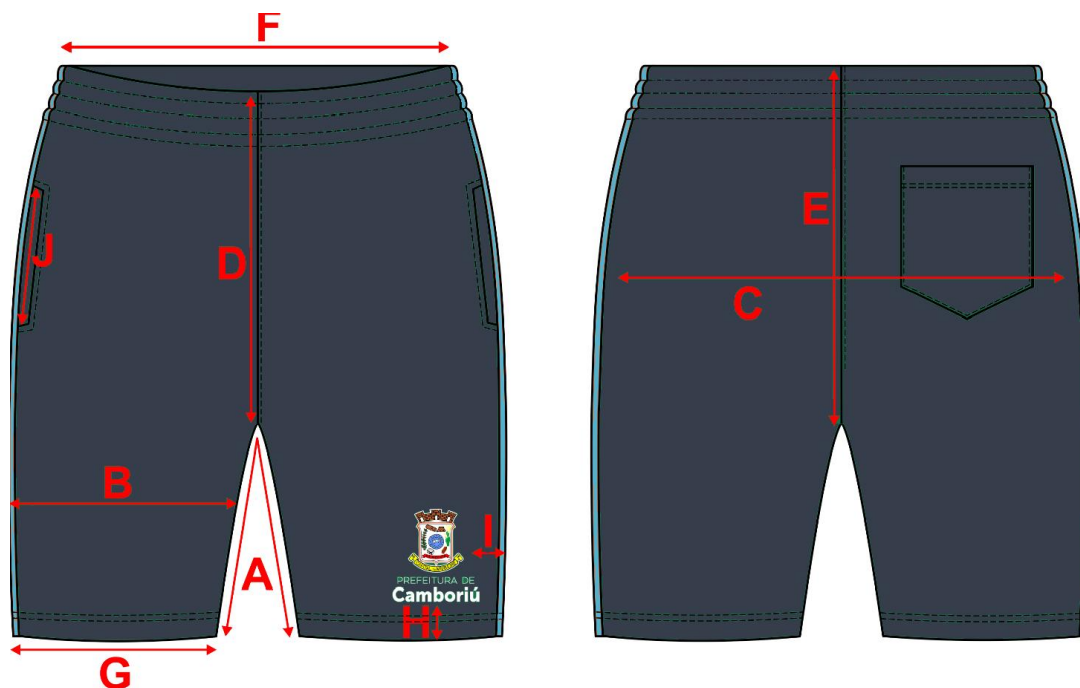


Medidas em centímetros.

Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

LOTE 3 - LAYOUT DOS ITENS 1 e 2

Aplicação de viés embutido nas laterais medindo 0,7 cm na cor Azul Claro
(Pantone conforme as especificações do tecido) do mesmo tecido do corpo.



LOTE 3 - MEDIDAS DOS ITENS 1 E 2

(bermudas tamanhos 1 ao 16 e bermudas tamanhos P ao GG)

TAMANHO	1	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A- Entre Pernas	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
B- Coxa	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
C- Quadril	39	41	43	45	47	49	51	53	55	57	59	61	63
D- Gancho Dianteiro	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
E- Gancho Traseiro	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41
F- Cintura	22	24	25	27	29	30	31	32	33	34	35	36	37



G - Abertura Perna	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
H - Distância da serigrafia da Barra	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
I - Distância da serigrafia da Lateral	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
J - Abertura Bolso	11	11	11	11	11	13	13	13	13	15	15	15	15



Medidas em centímetros.

Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

LOTE 4 - LAYOUT ITEM 1

Aplicação de viés embutido nas cavas e laterais das pernas medindo 0,7 cm na cor Azul claro (Pantone conforme as especificações do tecido) do mesmo tecido do corpo.





LOTE 4 - MEDIDAS DO ITEM 1

(agasalhos tamanhos 2 ao GG)

Tabela de medidas da jaqueta acabada

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A- Comprimento	45	48	51	54	57	60	62	64	66	68	70	72
B- Tórax	36	38	40	42	44	46	48	53	55	57	59	61
C- Cava reta	14,5	15,5	16	17	18	19	20	21	24	25	26	27
D- Comprimento da manga	50	54	57	60	63	66	69	72	76	79	82	84
E- Abertura boca da manga	7	8,50	9,0	9,50	10	10	10,5	10,5	11	11,5	12	12,5
F- Abertura da gola	7	8	8	8	8	8	8	8	9	9	9	9
G- Abertura do bolso	10	11	11	11	13	13	13	13	15	15	15	15



Medidas em centímetros.

Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

Tabela de medidas da calça acabada

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A- Entre pernas	40	45	49	53	58	62	65	8	72	74	78	82
B- Coxa	22	23	24	25	26	27	28	29	31	33	34	36
C- Gancho dianteiro	22	24	25	27	28	29	30	31	32	33	34	35
D- Gancho traseiro	24	26	28	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E- Cintura	22	24	26	28	29	30	31	32	33	34	36	37
F- Quadril	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
G- Abertura pernas	14	15	16	17	18	19	20	21	23	24	25	26
H- Abertura bolso	10	11	11	11	13	13	13	13	15	15	15	15
I- Abertura da logo em relação a cintura	17	18	18	19	20	21	21	22	23	23	24	24



Medidas em centímetros.

Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

LOTE 4 - LAYOUT ITEM 2

Aplicação de viés embutido nas cavas e laterais das pernas medindo 0,7 cm na cor Azul claro (Pantone conforme as especificações do tecido) do mesmo tecido do corpo.



LOTE 4 - MEDIDAS DO ITEM 2

(jaqueta P ao GG)

Tabela de medidas da jaqueta acabada

TAMANHO	P	M	G	GG
A- Comprimento	66	68	70	72
B- Tórax	55	57	59	61
C- Cava reta	24	25	26	27
D- Comprimento da manga	76	79	82	84
E- Abertura boca da manga	11	11,5	12	12,5
F- Abertura da gola	9	9	9	9
G- Abertura do bolso	15	15	15	15



Medidas em centímetros.

Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

ESPECIFICAÇÕES DO TECIDO DO ITEM 1 E 2 do LOTE 1.

Ensaio	Norma	Especificação	Tolerância
Gramatura	ABNT NBR 10591:2008	154,0 g/m ²	+/- 5,0%
Composição	ABNT NBR 13538:1995 ABNT NBR 11914:1992	50 % poliéster 50 % algodão	+/- 3 pontos percentuais
Estrutura	ABNT NBR 13462:1995	Meia malha	-
Pilling Matindale (2000 ciclos)	ISO 12945-2:2000	4	Mínimo



Pantone Azul claro	Procedimento interno	16-4421 TPX	Aproximado
Pantone Azul Escuro	Procedimento interno	19-4023 TPX	Aproximado

ESPECIFICAÇÕES DO TECIDO DOS LOTES 2, 3, 4.

Ensaio	Norma	Especificação	Tolerância
Gramatura	NBR 10591	100,0 g/m ²	+/- 5,0%
Composição	NBR 10589	Microfibra 100 % poliéster	+/- 2%
Estrutura	ABNT NBR 13462:1995	Meia malha	-
Pantone Azul Escuro	Procedimento interno	19-4023 TPX	Aproximado
Pantone Azul claro	Procedimento interno	16-4421 TPX	Aproximado

DENSIDADE /CM2= U:54 x T:28 ENCOLHIMENTO: +/- 3% GRAU DE SOLIDEZ

MODELO DA ESCRITA COSTAS

Educação
Camboriú - SC

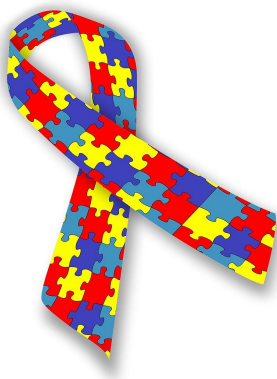
Observação: O tamanho da estampa deve ser proporcional ao tamanho da peça de acordo com a modelagem e deve ficar de forma centralizada na parte superior das costas conforme imagem dos itens 1 e 2 do lote 1 (na cor Azul Escuro conforme Pantone) e para o item 1 do lote 4 (na cor Azul Claro conforme Pantone) com a fonte Museo Sans 900.

MODELO DA ESCRITA FRENTE



Brasão do Município de Camboriú em nove cores, logo abaixo do brasão de forma centralizada, deverá ser escrita (Prefeitura de Camboriú) com 8,0 cm de largura por 6,4 cm de altura, com a fonte Museo Sans 900. A logos devem ficar no lado esquerdo de quem veste conforme os seus respectivos desenhos técnicos.

SIMBOLO DO AUTISMO



V- LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação, a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

- Os produtos demandados possuem contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;
- A aquisição dos produtos do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos produtos a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

VI – SOLUÇÃO COMO UM TODO

- A solução proposta é a contratação de empresa do ramo têxtil para fornecimento e distribuição de uniformes escolares para os alunos das escolas Municipais de, visando atender as especificidades da Educação previstas nas legislações citadas no item I.
- Salientamos que essa medida reflete diretamente em questões de dignidade, saúde e segurança para os estudantes de Camboriú, além de desonerar principalmente as famílias carentes de recursos financeiros, portanto é uma medida que traz uma série de benefícios para todos.
- A Contratada fica obrigada a manter a garantia de todos os produtos ofertados, contra defeitos de fabricação pelo prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à fabricação ou armazenagem.
- Essa garantia não se aplicará por uso indevido, acidente quando em uso ou desgaste natural.



- Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990.
- O objetivo deste ETP é proporcionar a escolha da melhor solução possível em termos de eficácia, efetividade e eficiência, além de economicamente viável, atendendo adequadamente às necessidades de negócio que motivaram a demanda.
- As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este(s) setor(es) demandante(s), com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.
- A solução definida para atender a presente demanda é realizar a aquisição uniformes, através de empresa especializada, que forneça todos os materiais, mão de obra e estrutura necessária para a confecção dos mesmos.

VII – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas de serviços, no suporte à atividade finalística do órgão.

Quanto à eficiência: assegurar a continuidade dos fornecimentos destes produtos, e do uso racional dos recursos financeiros.

Com a contratação de empresas para fornecimento de uniformes também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível em recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

VIII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

Após a realização da análise comparativa de soluções, a solução escolhida foi a licitação pela Modalidade Pregão, na forma eletrônica, com **juízo de julgamento por Lote** e fornecimento parcelado conforme contrato.

IX- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, foi utilizado a **média dos valores** obtidos na pesquisa de preço, sendo assim, as pesquisas de preços se apresentam da seguinte forma:

LOTE 1 : item 1 - CAMISETAS TAMANHOS 1 AO 16

PNCP: R\$ 26,01 – Município de Santos/SP
<https://pncp.gov.br/app/editais/58200015000183/2024/621>

PNCP: R\$ 26,58 - Município de Paraíso do Norte/PR
<https://pncp.gov.br/app/editais/75476556000158/2024/210>

BNP: R\$ 15,08 - Município de Nova aliança do Ivaí/PR

Média de preços: R\$ 22,55



LOTE 1 : item 2 - CAMISETAS TAMANHOS P AO XXG

PNCP: R\$ 24,00 – Município de Otacílio Costa/SC
<https://pncp.gov.br/app/editais/15043792000159/2024/19>

PNCP: R\$ 27,89 - Município de Paraíso do Norte/PR
<https://pncp.gov.br/app/editais/75476556000158/2024/210>

BNP: R\$ 27,00 - Município de Santa Maria/RS

Média de preços: R\$ 26,29

LOTE 2 : item 1 – SHORTS SAIA 01 ao 16

PNCP: R\$ 36,93 – Município de Paraíso do Norte/PR
<https://pncp.gov.br/app/editais/75476556000158/2024/210>

PNCP: R\$ 31,18 - Município de Novo Itacolomi/PR
<https://pncp.gov.br/app/editais/95639472000103/2024/75>

BNP: R\$ 28,89 - Município de Faria Lemos/MG

Média de preços: R\$ 32,33

LOTE 2 : item 2 – SHORTS SAIA P ao GG

PNCP: R\$ 33,35 – Município de Novo Itacolomi/PR
<https://pncp.gov.br/app/editais/95639472000103/2024/75>

PNCP: R\$ 39,61 - Município de Santa Rita do Passo Quatro/SP
<https://pncp.gov.br/app/editais/45749819000194/2024/91>

BNP: R\$ 33,98 - Município de Araranguá/SC

Média de preços: R\$ 35,64

LOTE 3 : item 1 – BERMUDAS 01 AO 16

PNCP: R\$ 24,48 – Município de Aracitaba/MG
<https://pncp.gov.br/app/editais/17747940000141/2024/108>

PNCP: R\$ 50,76 - Município de Ji-Paraná/RO
<https://pncp.gov.br/app/editais/02049227000157/2024/55>

BNP: R\$ 27,00 - Município de Russas/CE

Média de preços: R\$ 34,08

LOTE 3 : item 2 – BERMUDAS P AO GG

PNCP: R\$ 30,49 – Município de Paraíso do Norte/PR
<https://pncp.gov.br/app/editais/75476556000158/2024/210>

PNCP: R\$39,64 - Município de Santa Rita do Passo Quatro/SP
<https://pncp.gov.br/app/editais/45749819000194/2024/91>

BNP: R\$ 36,99 – Fundo Municipal de Assistência Social



Média de preços: R\$ 35,70

LOTE 4 : item 1 – AGASALHO 02 AO GG

PNCP: R\$ 92,93 – Município de Santos/SP
<https://pncp.gov.br/app/editais/58200015000183/2024/621>

PNCP: R\$ 215,67 - Município de Arapoti/PR
<https://pncp.gov.br/app/editais/75658377000131/2024/184>

BNP: R\$ 107,14 - Município de Urupema/SC

Média de preços: R\$ 138,58

LOTE 4 : item 2 – JAQUETA P AO GG

PNCP: R\$ 100,30 – Município de Alto Paraná/PR
<https://pncp.gov.br/app/editais/76279967000116/2024/128>

PNCP: R\$ 95,33 - Município de Carvalho/MG
<https://pncp.gov.br/app/editais/18194217000145/2024/100>

BNP: R\$ 64,90 - Cindesp/SP

Média de preços: R\$ 86,84

X – VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R\$ R\$ 4.855.100,00 (Quatro milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil e cem reais)

O valor desse registro de preço não estava no plano de contratação anual, que considerou o aumento de alunos matriculados na Rede municipal de ensino de Camboriú no qual o quantitativo ultrapassa dezoito mil, a previsão de alunos que serão matriculados nas duas escolas que serão inauguradas no ano de 2025 e a inclusão de produtos para estudantes do ensino Fundamental II.

XI - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

- Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja vista, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade, sendo utilizado o tipo de **juízo por lote**.

XII - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

- Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante de servidores.
- Considerando todo o exposto, não há risco da contratação falhar em relação a adequações do ambiente da organização, pois tais adequações não são necessárias.



XIII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não existem contratações correlatadas ou interdependentes no presente processo.

XIV- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

Considera-se viável o prosseguimento dos atos administrativos a fim de que ocorra a contratação objeto deste ETP.

XV- PLANEJAMENTO

Fabiana Venâncio Lembeck/Compras 27169

Camboriú, 21 de Janeiro de 2025.

CARIN BERNADETE KRUG
Secretária de Educação

FABIANA VENÂNCIO LEMBECK
Compras



ITEM	UNIDADES ESCOLARES	ENDEREÇO
1	CEI Profº Alcimar de Souza Vieira	Rua Santa Terezinha, N° 149, São Francisco de Assis
2	CEI Eurípedes de Paula da Silva	Rua Flamboyant, N° 1143, Conde Vila Verde
3	CEI Fátima Nair Bambinetti Gervásio	Rua Rio Uruguai, Loteamento Jardim Veneza
4	CEI Hélia Borinelli	Rua Prefeito Antônio Mafra, N° 135, Rio do Meio
5	CEI João de Souza Arruda	Rua Monte Branco, N° 402, Monte Alegre
6	CEI Judite da Rocha Dalago	Rua Clemente Felipe Duarte, N° 45, Cedro
7	CEI Julita Pereira	Rua Massaranduba, N° 901, Tabuleiro
8	CEI Maria Bittencourt Saut	Rua Olga Bernardes Amorin, N° 989, Centro
9	CEI Maria Russi	Av. Rio Teixeira, N° 403, Rio Pequeno
10	CEI Neide Merisio Moller	Rua Minas Gerais, N° 1175, Areias
11	CEI Odete Ramos Poltronieri	Rua João Moraes, N° 469, Centro
12	CEI Orlando Souza Filho	Rua Jerusalém, N° 1171, Santa Regina
13	CEI Profº Otília Santos da Silva	Rua Managuá, N° 100, Santa Regina
14	CEI Antônia Joana Aragão	Rua Goiânia, N° 61, Centro
15	CEI Valkíria Borba Ruengeberg	Rua José da Silva, s/n Cedro
16	Pré Marisa Galdini	Rua Rio Amazonas, N° 714, Rio Pequeno
17	JIM Padre Sérgio Maykot	Rua Maria da Glória Pereira, N° 102, Centro
18	CEM Abelardo Torquato Rosa	Rua Santa Cecília, N° 431, Várzea do Ranchinho
19	CEM Tania Regina Garcia	Rua José Batista de Almeida, N° 179, Tabuleiro
20	CAIC – Centro de Atenção Integral a Criança	Rua Monte Agulhas Negras, N° 1151, Monte Alegre
21	EBM Abalor Américo Madeira	Rua Monte Meru, N° 359, Monte Alegre
22	EBM Anita Bernardes Ganancini	Rua Monte Castelito, N° 39, Monte Alegre
23	EBM Profº Artur Sichmann (extensão e núcleo de alfabetização)	Rua Mathias Faqueti, N° 22, Centro
24	EBM Clotilde Ramos Chaves	Rua José Francisco Bernardes, N° 1426, Areias
25	EBM Domingos Fonseca	Rua Marmeleiro, N° 1040, Tabuleiro
26	EBM Profº Ivone Terezinha Garcia	Rua Quito, N° 43, Santa Regina
27	EBM Lucinira Melo Rebelo	Rua Rio Amazonas, N° 674, Rio Pequeno
28	EBM João Vergílio Pereira	Rua Daniel Silvério, sem nº. Cedro
29	EBM Rogério Leonardo Kuhnen	Rua Genuíno Anastácio Pereira, ao lado do CEI Orlando. Santa Regina
30	EBM Eliete Pereira Melo	Rua Dinamarca, Loteamento Jardim Europa
31	EBM Professora Hélia Luci do Carmo Conceição	Rua São Marcos, s/n Loteamento Garden São Francisco de Assis
32	GEM Andrônico Pereira	Rua São José, N° 114, São Francisco de Assis
33	GEM Profº Joaquim Magalhães	Rua Rio Amazonas, N° 1852, Rio Pequeno
34	GEM Marlene Pereira Zuchi	Rua Clemente Felipe Duarte, N° 91, Cedro
35	Escola de Campo Adolfo Ovídio Coppi	Estrada Geral do Rio do Meio
36	Escola de Campo Hercílio Zimmermann	Estrada Geral Vila Conceição
37	Escola de Campo Manoel Jason Pereira	Estrada Geral do Braço



ANEXO II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 - FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 - FME
TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme previsto no inciso XXIII, do artigo 6º, e § 1º do artigo 40, da Lei Federal nº 14.133/2021, Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

I – OBJETO: *Contratação de empresa especializada no fornecimento de UNIFORMES ESCOLARES para os alunos matriculados na rede municipal de ensino de Camboriú.*

II – FUNDAMENTAÇÃO:

O presente objeto de contratação teve como apoio o Estudo Técnico Preliminar nº 001/2025 – Fundo Municipal de Educação de Camboriú, datado em 20/01/2025.

III - SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Item previsto no item VI do ETP (Estudo Técnico Preliminar) nº 001/2025 – Fundo Municipal de Educação de Camboriú.

IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Item previsto no item III do ETP (Estudo Técnico Preliminar) nº 001/2025 – Fundo Municipal de Educação de Camboriú.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

- A entrega do objeto deverá ser realizada mediante o empenho expedido pela Secretaria, conforme necessidade. Após o recebimento do empenho, a empresa deve entregar o material em até 30 (trinta) dias corridos, nas unidades de ensino estabelecidos no anexo 1 deste TR.
- Não serão aceitos materiais com avarias, com especificações diferentes das descritas neste TR ou com suas funcionalidades comprometidas.

Entregas:

- A CONTRATADA deverá entregar o material, separados e embalados individualmente conforme quantitativo estipulado por Unidade de Ensino, e entregues nas unidades listadas no anexo 01.
1. Uma vez que os uniformes tenham sido entregue em sua totalidade, a empresa deverá encaminhar a nota fiscal. Só serão aceitas e encaminhadas para pagamento as notas fiscais que corresponderem fielmente ao que foi solicitado.
 2. As notas fiscais deverão indicar no campo de informação complementar, número da nota de empenho a que se refere e os dados bancários para pagamento. O fornecedor que emitir a Nota Fiscal Eletrônica deverá cadastrar o e-mail: compras@smecamboriu.g12.br para que seja realizado o envio dos arquivos “.xml” e “NF-e”. O envio da nota fiscal eletrônica não isenta o fornecedor da obrigação de entrega física das planilhas de entrega devidamente assinadas e rubricadas.
 3. Não serão aceitas notas fiscais rasuradas ou com informações anotadas em punho. O descritivo do item na nota fiscal deverá ser igual ao contrato.
 4. Todo e qualquer fornecimento de material fora do estabelecido neste edital será imediatamente notificado à licitante vencedora fará prontamente a alteração/troca ou adequação, no prazo máximo de 15 dias, ficando entendido que correrão por



sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas, também, às sanções previstas deste edital.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

- A empresa vencedora deverá obedecer aos prazos determinados para o fornecimento dos produtos. No caso do não cumprimento do prazo determinado poderá ser aplicada multa por atraso, de acordo com a legislação vigente.
- Após o fornecimento dos Uniformes a Contratada deverá apresentar nota fiscal, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento.
- Junto à nota fiscal, deverá ser apresentado documento de forma que haja comprovação da entrega realizada para o Município.

VII - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

- O pagamento será efetuado após a apresentação e conferência das notas fiscais correspondentes ao produto específico, na conta bancária indicada pelo contratado.
- A nota fiscal deverá ser apresentada sem rasuras, contendo a descrição clara do objeto contratado e em conformidade com os dados do empenho emitido.
- As notas fiscais ou documentos que acompanham para fins de pagamento e apresentarem incorreções serão devolvidos à contratada, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes do atraso de liquidação dos pagamentos correspondentes.

VIII - SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A empresa interessada no certame precisa apresentar a seguinte documentação de habilitação:

- Contrato social (comprovando que a empresa interessada possui em seu objeto social a comercialização do item licitado);
- Cartão CNPJ; Certidão negativa federal de débitos; Certidão negativa estadual de débitos; Certidão negativa municipal de débitos; CRF FGTS; Certidão negativa de débitos trabalhistas; Certidão negativa de falência e concordata; Atestado de capacidade técnica.

IX - VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R\$ R\$ 4.855.100,00 (Quatro milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil e cem reais)

O valor desse registro de preço não estava no plano de contratação anual, que considerou o aumento de alunos matriculado na Rede municipal de ensino de Camboriú no qual o quantitativo ultrapassa dezoito mil, a previsão de alunos que serão matriculados nas duas escolas que serão inauguradas no ano de 2025 e a inclusão de produtos para estudantes do ensino Fundamental II.

X - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Por se tratar de registro de preços, não há necessidade de reserva de dotação.

Elemento de Despesa: 3.33.90.30.23 - uniformes tecidos e aviamentos.

XI - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

LOTE 01	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
ITEM 1	CAMISSETAS TAMANHOS 1 AO 16	30.000
ITEM 2	CAMISSETAS TAMANHOS P AO XXG	12.000
LOTE 02		



ITEM 1	SHORTS SAIA TAMANHOS 1 AO 16	8.000
ITEM 2	SHORTS SAIA TAMANHOS P AO GG	2.000
LOTE 03		
ITEM 1	BERMUDAS TAMANHOS 1 AO 16	8.000
ITEM 2	BERMUDAS TAMANHOS P AO GG	2.000
LOTE 04		
ITEM 1	AGASALHOS TAMANHOS 2 AO GG	18.000
ITEM 2	JAQUETA P AO GG	8.000

LOTE 1 - LAYOUT DOS ITENS 1 e 2

Aplicação de Ribana na máquina galoneira 2 agulhas medindo 1,5 cm pronto com tolerância de 0,2mm para as medidas :
Mangas: Curtas na cor Azul Claro (Pantone conforme as especificações do tecido)
Gola : redonda na cor Azul Escuro (Pantone conforme as especificações do tecido).



LOTE 01 - MEDIDAS DOS ITENS 1 E 2

(camisetas tamanhos 1 ao 16 e camisetas tamanhos P ao XXG)

TAMANHO	INFANTIL				JUVENIL					ADULTO				
	1	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XXG
A-Comprimento	41	44	47	50	53	56	59	62	65	69	71	73	75	78
B-Comprimento manga	13	14	15	16	17	18	19	20	21	21	22	23	24	26
C – Abertura manga	9	10,5	11	11,5	12	13	14	15	16	18	19	20	21	24
D – Tórax	31	33	35	37	39	41	43	45	47	49	52	55	58	60
E – Cava	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	28
F – Altura da Logo a partir do ombro	13,5	13,5	14,5	14,5	15	15	15,5	16,5	16,5	17	17,5	18	18,5	19

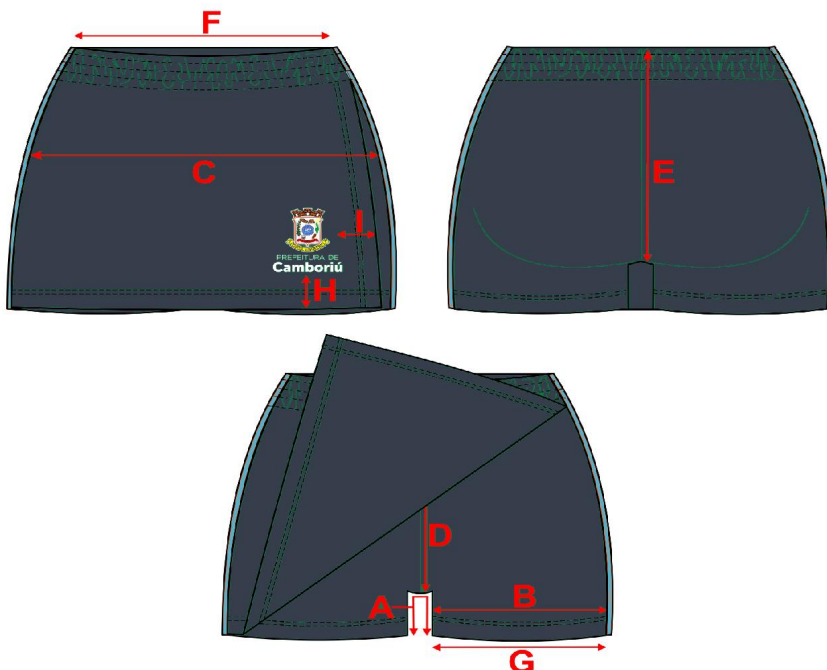


Medidas em centímetros.

Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

LOTE 2 - LAYOUT DOS ITENS 1 E 2

Aplicação de viés embutido nas laterais medindo 0,7 cm na cor Azul Claro (Pantone conforme as especificações do tecido) do mesmo tecido do corpo.



LOTE 2 - MEDIDAS DOS ITENS 1 E 2

(shorts saia tamanhos 1 ao 16 e shorts saia tamanhos P ao GG)

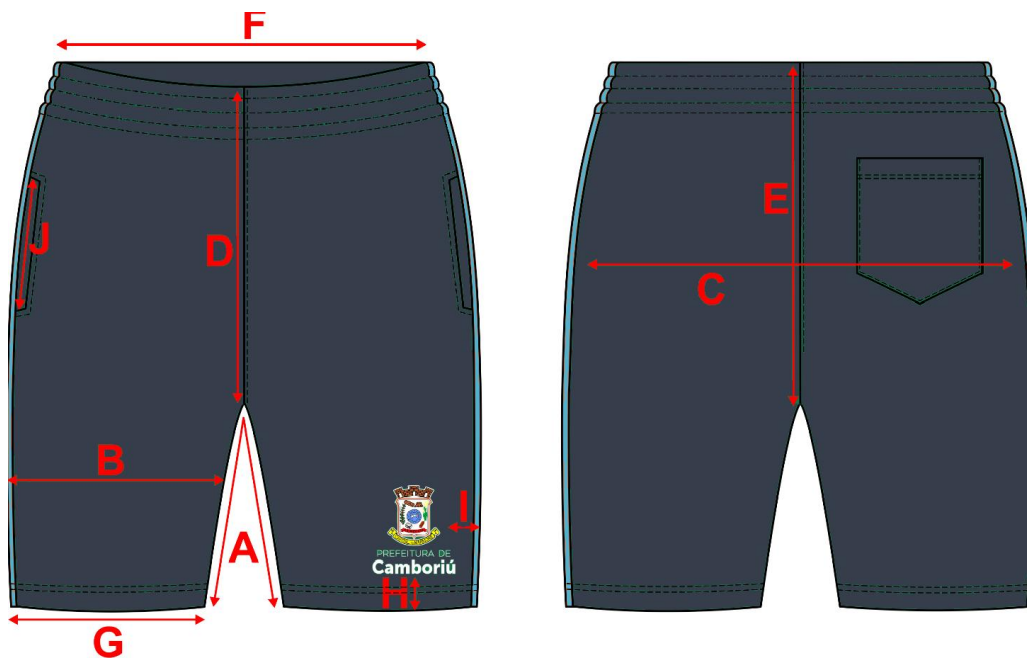
TAMANHO	1	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A- Entre Pernas	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
B- Coxa	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
C- Quadril	32	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56
D- Gancho Dianteiro	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33
E- Gancho Traseiro	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
F- Cintura	20	21	22	24	26	27	28	29	30	31	32	33	34
G- Abertura Perna	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
H- Distância da serigrafia da Barra	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
I- Distância da serigrafia da Lateral	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4

.Medidas em centímetros.

.Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

LOTE 3 - LAYOUT DOS ITENS 1 e 2

Aplicação de viés embutido nas laterais medindo 0,7 cm na cor Azul Claro (Pantone conforme as especificações do tecido) do mesmo tecido do corpo.



LOTE 3 - MEDIDAS DOS ITENS 1 E 2
(bermudas tamanhos 1 ao 16 e bermudas tamanhos P ao GG)

TAMANHO	1	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A- Entre Pernas	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29
B- Coxa	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
C- Quadril	39	41	43	45	47	49	51	53	55	57	59	61	63
D- Gancho Dianteiro	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
E- Gancho Traseiro	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41
F- Cintura	22	24	25	27	29	30	31	32	33	34	35	36	37
G- Abertura Perna	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32
H- Distância da serigrafia da Barra	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
I- Distância da serigrafia da Lateral	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
J- Abertura Bolso	11	11	11	11	11	13	13	13	13	15	15	15	15

.Medidas em centímetros.

.Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

LOTE 4 - LAYOUT ITEM 1

Aplicação de viés embutido nas cavas e laterais das pernas medindo 0,7 cm na cor Azul claro (Pantone conforme as especificações do tecido) do mesmo tecido do corpo.



LOTE 4 - MEDIDAS DO ITEM 1

(agasalhos tamanhos 2 ao GG)

Tabela de medidas da jaqueta acabada

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A- Comprimento	45	48	51	54	57	60	62	64	66	68	70	72



B- Tórax	36	38	40	42	44	46	48	53	55	57	59	61
C- Cava reta	14,5	15,5	16	17	18	19	20	21	24	25	26	27
D- Comprimento da manga	50	54	57	60	63	66	69	72	76	79	82	84
E- Abertura boca da manga	7	8,50	9,0	9,50	10	10	10,5	10,5	11	11,5	12	12,5
F- Abertura da gola	7	8	8	8	8	8	8	8	9	9	9	9
G- Abertura do bolso	10	11	11	11	13	13	13	13	15	15	15	15

.Medidas em centímetros.

.Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

Tabela de medidas da calça acabada

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A- Entre pernas	40	45	49	53	58	62	65	8	72	74	78	82
B- Coxa	22	23	24	25	26	27	28	29	31	33	34	36
C- Gancho dianteiro	22	24	25	27	28	29	30	31	32	33	34	35
D- Gancho traseiro	24	26	28	30	31	32	33	34	35	36	37	38
E- Cintura	22	24	26	28	29	30	31	32	33	34	36	37
F- Quadril	38	40	42	44	46	48	50	52	54	56	58	60
G- Abertura pernas	14	15	16	17	18	19	20	21	23	24	25	26
H- Abertura bolso	10	11	11	11	13	13	13	13	15	15	15	15
I- Abertura da logo em relação a cintura	17	18	18	19	20	21	21	22	23	23	24	24

.Medidas em centímetros.

.Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

LOTE 4 - LAYOUT ITEM 2

Aplicação de viés embutido nas cavas e laterais das pernas medindo 0,7 cm na cor Azul claro (Pantone conforme as especificações do tecido) do mesmo tecido do corpo.





LOTE 4 - MEDIDAS DO ITEM 2

(jaqueta P ao GG)

Tabela de medidas da jaqueta acabada

TAMANHO	P	M	G	GG
A - Comprimento	66	68	70	72
B - Tórax	55	57	59	61
C - Cava reta	24	25	26	27
D - Comprimento da manga	76	79	82	84
E - Abertura boca da manga	11	11,5	12	12,5
F - Abertura da gola	9	9	9	9
G - Abertura do bolso	15	15	15	15

.Medidas em centímetros.

.Tolerância de 1 cm tanto para mais quanto para menos.

ESPECIFICAÇÕES DO TECIDO DO ITEM 1 E 2

Ensaio	Norma	Especificação	Tolerância
Gramatura	ABNT NBR 10591:2008	154,0 g/m ²	+/- 5,0%
Composição	ABNT NBR 13538:1995 ABNT NBR 11914:1992	50 % poliéster 50 % algodão	+/- 3 pontos percentuais
Estrutura	ABNT NBR 13462:1995	Meia malha	-
Pilling Matindale (2000 ciclos)	ISO 12945-2:2000	4	Mínimo
Pantone Azul claro	Procedimento interno	16-4421 TPX	Aproximado
Pantone Azul Escuro	Procedimento interno	19-4023 TPX	Aproximado

ESPECIFICAÇÕES DO TECIDO DO LOTE 2, 3, 4.

Ensaio	Norma	Especificação	Tolerância
Gramatura	NBR 10591	100,0 g/m ²	+/- 5,0%
Composição	NBR 10589	Microfibra 100 % poliéster	+/- 2%
Estrutura	ABNT NBR 13462:1995	Meia malha	-
Pantone Azul	Procedimento interno	19-4023 TPX	Aproximado
Pantone Azul claro	Procedimento interno	16-4421 TPX	Aproximado

DENSIDADE /CM2= U:54 x T:28 ENCOLHIMENTO: +/- 3% GRAU DE SOLIDEZ



MODELO DA ESCRITA COSTAS

Educação
Camboriú - SC

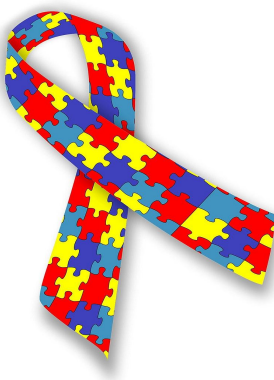
Observação: O tamanho da estampa deve ser proporcional ao tamanho da peça de acordo com a modelagem e deve ficar de forma centralizada na parte superior das costas conforme imagem dos itens 1 e 2 do lote 1 (na cor Azul Escuro conforme Pantone) e para o item 1 do lote 4 (na cor Azul Claro conforme Pantone) com a fonte Museo Sans 900.

MODELO DA ESCRITA FRENTE



Brasão do Município de Camboriú em nove cores, logo abaixo do brasão de forma centralizada, deverá ser escrita (Prefeitura de Camboriú) com 8,0 cm de largura por 6,4 cm de altura, com a fonte Museo Sans 900. A logos devem ficar no lado esquerdo de quem veste conforme os seus respectivos desenhos técnicos.

SIMBOLO DO AUTISMO



XII - LOCAIS DE ENTREGA:

A CONTRATADA deverá entregar o material, após confirmação do recebimento da Autorização de Fornecimento e grade de tamanhos expedidos pela Secretaria de Educação, em até 30 (trinta) dias corridos, contar da data de envio da Nota de Empenho. Separados e embalados individualmente conforme quantitativo estipulado por Unidade de Ensino, e entregues nas unidades listadas no anexo 01.

XIII – GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA



A empresa vencedora deverá garantir o atendimento a todas as exigências, conforme especificados neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar nº 001/2025 e os produtos deverão estar dentro das normas vigentes.

Camboriú, 21 de Janeiro de 2025.

CARIN BERNADETE KRUG
Secretária de Educação

FABIANA VENÂNCIO LEMBECK
Compras



TEM	UNIDADES ESCOLARES	ENDEREÇO
1	CEI Profº Alcimar de Souza Vieira	Rua Santa Terezinha, N° 149, São Francisco de Assis
2	CEI Eurípedes de Paula da Silva	Rua Flamboyant, N° 1143, Conde Vila Verde
3	CEI Fátima Nair Bambinetti Gervásio	Rua Rio Uruguai, Loteamento Jardim Veneza
4	CEI Hélia Borinelli	Rua Prefeito Antônio Mafra, N° 135, Rio do Meio
5	CEI João de Souza Arruda	Rua Monte Branco, N° 402, Monte Alegre
6	CEI Judite da Rocha Dalago	Rua Clemente Felipe Duarte, N° 45, Cedro
7	CEI Julita Pereira	Rua Massaranduba, N° 901, Tabuleiro
8	CEI Maria Bittencourt Saut	Rua Olga Bernardes Amorin, N° 989, Centro
9	CEI Maria Russi	Av. Rio Teixeira, N° 403, Rio Pequeno
10	CEI Neide Merísio Moller	Rua Minas Gerais, N° 1175, Areias
11	CEI Odete Ramos Poltronieri	Rua João Moraes, N° 469, Centro
12	CEI Orlando Souza Filho	Rua Jerusalém, N° 1171, Santa Regina
13	CEI Profº Otília Santos da Silva	Rua Managuá, N° 100, Santa Regina
14	CEI Antônia Joana Aragão	Rua Goiânia, N° 61, Centro
15	CEI Valkíria Borba Ruengeberg	Rua José da Silva, s/n Cedro
16	Pré Marisa Galdini	Rua Rio Amazonas, N° 714, Rio Pequeno
17	JIM Padre Sérgio Maykot	Rua Maria da Glória Pereira, N° 102, Centro
18	CEM Abelardo Torquato Rosa	Rua Santa Cecília, N° 431, Várzea do Ranchinho
19	CEM Tania Regina Garcia	Rua José Batista de Almeida, N° 179, Tabuleiro
20	CAIC – Centro de Atenção Integral a Criança	Rua Monte Agulhas Negras, N° 1151, Monte Alegre
21	EBM Abalor Américo Madeira	Rua Monte Meru, N° 359, Monte Alegre
22	EBM Anita Bernardes Ganancini	Rua Monte Castelito, N° 39, Monte Alegre
23	EBM Profº Artur Sichmann (extensão e núcleo de alfabetização)	Rua Mathias Faqueti, N° 22, Centro
24	EBM Clotilde Ramos Chaves	Rua José Francisco Bernardes, N° 1426, Areias
25	EBM Domingos Fonseca	Rua Marmeleiro, N° 1040, Tabuleiro
26	EBM Profº Ivone Terezinha Garcia	Rua Quito, N° 43, Santa Regina
27	EBM Lucinira Melo Rebelo	Rua Rio Amazonas, N° 674, Rio Pequeno
28	EBM João Vergílio Pereira	Rua Daniel Silvério, sem nº. Cedro
29	EBM Rogério Leonardo Kuhnen	Rua Genuíno Anastácio Pereira, ao lado do CEI Orlando. Santa Regina
30	EBM Eliete Pereira Melo	Rua Dinamarca, Loteamento Jardim Europa
31	EBM Professora Hélia Luci do Carmo Conceição	Rua São Marcos, s/n Loteamento Garden São Francisco de Assis
32	GEM Andrônico Pereira	Rua São José, N° 114, São Francisco de Assis
33	GEM Profº Joaquim Magalhães	Rua Rio Amazonas, N° 1852, Rio Pequeno
34	GEM Marlene Pereira Zuchi	Rua Clemente Felipe Duarte, N° 91, Cedro
35	Escola de Campo Adolfo Ovídio Coppi	Estrada Geral do Rio do Meio
36	Escola de Campo Hercílio Zimmermann	Estrada Geral Vila Conceição
37	Escola de Campo Manoel Jason Pereira	Estrada Geral do Braço



ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 - FME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 - FME

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO

A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar na plataforma BNC

Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem o prazo de validade, considerar-se-á 60 (sesenta) dias a partir da data de sua emissão; exceto a "Certidão Simplificada" emitida pela Junta Comercial do Estado. Essa certidão deverá ter prazo de emissão de no máximo 90 (noventa) dias.

Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

a) Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, **comprovando que a empresa possui em seu objeto social a comercialização do item licitado;**
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- c) Cédula de Identidade/CPF ou CNH
- d) Cartão CNPJ

1.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) A Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais conjunta com a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida por órgão da Secretaria da Receita Federal, unificada com a Certidão Negativa de Débito com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014);
- b) A Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Estadual);
- c) A Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Municipal) da sede.
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.
- e) CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”(NR).

1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

1.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.

Obs.: apresentar, facultativamente, juntamente com a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial (inciso I), documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione os distribuidores que na Comarca de sua Sede tem atribuição para sua expedição.

- 1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.
- 2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

1.3.1.2 No caso de Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar que está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório através de todos os demais requisitos de habilitação.”



1.3.2 Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, e que comprovem a boa situação financeira da empresa.

1.3.2.1 Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.4.1 Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** ou Declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em característica, com o objeto da presente licitação;

1.4.1.1 O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

1.4.1.2 Poderá ser solicitado pelo Pregoeiro o envio das Notas Fiscais do (s) atestado (s) apresentados.

1.5 – DECLARAÇÕES

1.5.1 - Declaração Unificada, conforme modelo Anexo V;

1.5.2 - Apresentar declaração do Anexo VI se a empresa for ME/EPP;

1.6. NENHUM DOCUMENTO REFERENTE A ESTE CERTAME, RELACIONADO AOS ANEXOS DESTE EDITAL, SERÁ ACEITO COM O TIMBRE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CASO A LICITANTE APRESENTE TAL DOCUMENTO COM O REFERIDO TIMBRE, A MESMA SERÁ DESCLASSIFICADA/INABILITADA.

1.7 CERTIDÕES RESTRITIVAS

Deverá juntar a comprovação de regularidade perante os seguintes cadastros restritivos:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) através de consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) ;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php; e

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>.

d) Consulta ao Tribunal de Contas da sede do licitante.



ANEXO IV

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 - FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 - FME**

**MODELO DE PROPOSTA
(licitante vencedor)**

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento do objeto da presente licitação **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus Anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:
REPRESENTANTE/ CARGO:
ENDEREÇO / TELEFONE / E-MAIL:
CNPJ / INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CARTEIRA DE IDENTIDADE / CPF:
AGÊNCIA / Nº DA CONTA BANCÁRIA / CHAVE PIX:

2. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Edital.

PROPOSTA: R\$ _____ ().

3. CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

4. PRAZO DE GARANTIA

Conforme o Termo de Referência (caso conste), a garantia é mínima é de _____.

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

6. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

A validade desta proposta é de (mínimo 90 dias) (____) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Obs.: a interposição de recurso SUSPENDE o prazo de validade da proposta até decisão.

CAMBORIÚ, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Responsável ou Representante Legal



ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 - FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 - FME
DECLARAÇÃO UNIFICADA

A pessoa jurídica denominada (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº, com sede à (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº14.133/2021, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;

DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;

DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;

DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho;

DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;

DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação;

DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado;

DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas;

DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

CAMBORIÚ, de de 2025.

Assinatura do Responsável ou Representante legal



ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 - FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 - FME

DECLARAÇÃO ME/EPP

A empresa_____, estabelecida na_____, inscrita no CNPJ sob nº _____ neste ato representada pelo Senhor (a) _____, devidamente credenciado, no uso de suas atribuições legais, vem:

—
DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra como **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual** nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos já celebrados com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

CAMBORIÚ, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Responsável ou Representante Legal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO VII

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2025 - FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 - FME**

MINUTADA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Aos xxx (xxx) dias do mês de janeiro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco) o **Município de Camboriú**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 77, Centro, Camboriú SC., CNPJ/MF 83 102 293/0001-45, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **LEONEL ARCANGELO PAVAN**, portador da Cédula de identidade e CPF nº 291.507.289-20, residente na Rua Paulo José Lorenzetti, 16.000 - Caetés, Cidade de Camboriú - SC e a empresa **xxx**, CNPJ: xxxx, doravante denominadas de **FORNECEDORAS** ou, "BENEFICIÁRIAS DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no processo, referente ao **Processo Licitatório nº 002/2025 – Pregão Eletrônico 002/2025 - FME** regidos pela Lei n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 4048/2022, bem como as demais normas legais pertinentes, o disposto no edital e seus anexos e os termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1.1. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3 - A descrição do objeto, marcas e preços unitários, ficarão assim firmados:

Item	Descrição	Unid	Quant	Unit	Total
1	XXX	UN	XX	XX	XX
2	XX	UN	XX	XX	XX
TOTAL					R\$XX

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA REVISÃO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, com exceção do subitem abaixo.

2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 e art. 134, ambos da Lei nº 14.133/2021, por meio de apostilamento.

2.3. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.4. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.5. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo, conforme art. 123, § único da Lei 14.133/2021.

2.6. No reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.7. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.8. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.9. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 e art. 134, ambos da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local, horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.10. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.11. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.2. À Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.
- 5.3. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.4. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.4.1. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.5. Prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.6. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.7. Emitir a autorização de compra;
- 5.8. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.9. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.10. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.11. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.12. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.13. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.13.1 Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.13.2 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no art. 125 da Lei n. 14.133/2021;
- 5.13.3 Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.13.4 Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.13.5 Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.13.6 Atender a demanda dos órgãos ou entidades usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.13.7 Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

5.13.8 Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.13.9 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.13.10 Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

5.14. A aquisição dos materiais se dará de forma fracionada, conforme necessidade da Secretaria solicitante, sendo o frete de responsabilidade da empresa contratada;

5.15. O Material deverá ser entregue conforme Termo de Referência.

5.16. Caso o material entregue apresente avarias ou falhas que venham a ocasionar perda ao município, o mesmo será devolvido e caberá à empresa realizar a substituição do mesmo. Os materiais deverão ser de primeira linha, atendendo os padrões prescritos em norma para cada qual.

5.17. Nos casos em que os produtos solicitados não atendam as especificações deste edital, os mesmos terão a entrega negada, devendo a contratada substituí-los imediatamente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1 As Partes declaram que as informações e os dados pessoais disponibilizados para a execução deste Contrato serão requeridos, utilizados, compartilhados e/ou tratados estritamente para atendimento da finalidade a que se propõem, mediante prévio e expresso consentimento dos seus titulares, comprometendo-se a adotar as melhores práticas de governança e gestão de dados pessoais, em conformidade com o estabelecido nas Leis nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

7.2 Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;]
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

7.3 Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

7.4 Nas hipóteses previstas no subitem 7.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

7.5 O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

7.6 A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

7.7 Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA OITAVA- DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1 A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Municipal.

8.2 Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

8.3 O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

8.4 Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras - órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.5 A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

8.6 O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

8.7 O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, constante no termo de referência anexo.

8.8 Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

8.9 Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

8.10 A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

8.11 As despesas relativas à entrega dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

8.12 A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

8.13 Serão recusados os serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.14 Todas as despesas relativas à prestação de serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

9.2 Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

9.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

9.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

9.6 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

9.7 Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

9.8 A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

9.9 Ocorrendo eventual inadimplência por parte do Município haverá incidência da taxa SELIC.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

10.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 quando não formalizado contrato para ser aditivado.

10.2 A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no art. 83 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

12.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

12.2 Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) Multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) Cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

12.3 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

12.4 Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

12.5 Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.6 A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.5. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.7 Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei 14.133/2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

12.8 O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

12.9 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima imposta.

12.10 Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

12.11 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

12.12 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EFICÁCIA

13.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Camboriú/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em uma via para cada parte, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

CAMBORIÚ, de de 2025.

LEONEL ARCANGELO PAVAN - Prefeito Municipal

FORNECEDORA/DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

CARIN BERNADETE KRUG
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

JOSEANE COELHO HOFFMANN
GESTORA DO FUNDO DE EDUCAÇÃO